

A SUB-REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS E BOA VISTA DO RAMOS/AM

Cidades Pequenas e Sistemas Territoriais

*THE BAIXO-AMAZONAS SUB-REGION
AND BOA VISTA DO RAMOS/AM
Small Cities and Territorial Systems*

Estevan Bartoli¹

Resumo

O artigo objetiva analisar aspectos socioeconômicos das cidades pequenas que compõem a sub-região do Baixo-Amazonas considerando os papéis e a capacidade de mediação das sedes. Com análise da densidade das atividades produtivas e do consumo rural e urbano, busca-se entendimento do perfil da economia popular e do capital mercantil do município de Boa Vista do Ramos (AM). Através da aplicação de formulários aos comércios de Boa Vista do Ramos constata-se que ocorre distribuição de produtos para as comunidades de entorno que apresentam baixa produção rural, e que a cidade exerce papel de lugar central para consumo de itens industrializados oriundos de redes urbanas externas. Conclui-se que Boa Vista do Ramos possui papel reduzido na divisão territorial do trabalho com inexistência de especializações produtivas funcionando como nó secundário de distribuição de mercadorias, apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região com preocupante quadro de dependência de recursos externos.

Palavras-chave: sub-região, cidades pequenas, perfil econômico, sistemas territoriais.

Abstract

The article aims to analyze socioeconomic aspects of the small cities that make up the Baixo-Amazonas sub-region considering roles and the capacity to mediate the territorial ordering of the headquarters. With an analysis of the density of productive activities and rural and urban consumption, an attempt is made to understand the profile of the popular economy and mercantile capital of the municipality of Boa Vista do Ramos (AM). Through the application of forms in local markets of Boa Vista do Ramos, it appears that products are distributed to surrounding communities that have low rural production. The city also plays a role of a central place in the consumption of industrialized items from external urban networks. It is concluded that Boa Vista do Ramos has an reduced role in the territorial division of labor with no productive specializations acting as a secondary node for the distribution of goods, presenting a pattern of spatial behavior very similar to other cities in the sub-region which cause a worrisome dependency external resources.

Keywords: sub-region, small cities, economic profile, territorial systems.

Introdução

O presente texto faz parte da última etapa de análise dos estudos sobre os municípios do Baixo Amazonas, no Projeto intitulado *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas*². A abordagem discutida em outras publicações (BARTOLI, 2020a; 2020b; 2020c; 2021), assim como no presente artigo, objetiva analisar aspectos socioeconômicos das pequenas cidades da sub-região do Baixo-Amazonas considerando os papéis e a capacidade de mediação do ordenamento territorial das sedes através da densidade das relações econômicas produtivas e de consumo. Como objetivo específico, busca-se analisar a densidade das atividades produtivas e do consumo rural e urbano para o entendimento do perfil da economia popular e do capital mercantil do município de Boa Vista do Ramos (AM).

No primeiro momento analisamos características da sub-região de planejamento do Baixo Amazonas, utilizando na metodologia dados socioeconômicos secundários dos municípios comparando a constatações dos demais municípios estudados. Salientamos que a fragilidade econômica sub-regional e a dependência de recursos externos se acentuaram desde a implantação do modelo Zona Franca de Manaus (atualmente Polo Industrial), que reverberou na formação de desigualdades no desenvolvimento econômico da rede urbana dos municípios interioranos, com concentração na capital Manaus. Para além do recorte sub-regional rígido e delimitado, adicionamos descrições e reflexões sobre a estrutura territorial sub-regional, como aspectos de sítio, situação e dinâmicas de fluxos de transporte fluvial. Enfatizamos que as redes locais de sujeitos possuem territorialidades que necessitam de uma abordagem relacional e processual (ligados ao processo urbano enquanto totalidade) para entendimento das dinâmicas socioespaciais.

No segundo subitem descrevemos as principais mediações territoriais realizadas por atividades econômicas de Boa Vista do Ramos analisando a composição de seus principais sistemas territoriais. Utilizamos o modelo teórico-metodológico relativo ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR – BARTOLI, 2017; 2018a; 2019a) que compreende análise da dinâmica de setores populares da economia urbana em interação com o capital mercantil, formando intensa circulação, complementaridades e interpenetrações entre cidade e interiores.

A metodologia da pesquisa constou de trabalhos de campo com aplicação de formulários aos comércios da sede, com objetivo de identificar: quais são os principais produtos absorvidos dos interiores que abastecem a economia urbana; quais são as principais comunidades produtoras; alterações nos tipos de fluxos de transporte cidade-interiores e a composição da economia popular. Constata-se distribuição de mercadorias para as comunidades de entorno que apresentam baixa produção rural, onde a cidade funciona como lugar central para consumo de mercadorias industrializadas oriundas também de redes urbanas externas. A maioria dos hortifrutigranjeiros consumidos na cidade é oriunda do Pará, São Paulo e Manaus (AM) demonstrando fragilidade da economia local.

Pela formação de uma economia urbana incompleta constata-se que o padrão de ordenamento territorial é realizado entre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (economia popular) e setores mercantis urbanos. Populações ao acessarem a cidade para usufruir das “benesses urbanas” (sistema de saúde, educação, comércio, etc.), acabam retornando com uma série de produtos industrializados adquiridos nos

¹ Doutor em Geografia. Professor na Universidade do Estado do Amazonas.

² Financiamento concedido através de Bolsa Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

comércios locais. Constatou-se ainda que elites locais de Boa Vista do Ramos não realizam absorção/processamento de produtos oriundo das áreas interioranas, nem mesmo na atividade madeireira, serrarias ou frigoríficos pesqueiros.

Concluiu-se que Boa Vista do Ramos possui papel extremamente reduzido na divisão territorial do trabalho com inexistência de especializações produtivas, funcionando como nó secundário de distribuição de produtos industrializados, apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região com preocupante quadro de dependência de recursos externos.

Características da sub-região do Baixo Amazonas e Boa Vista do Ramos: posição, sítio e situação

Objetivo do presente item é analisar características socioespaciais da sub-região de planejamento do Baixo Amazonas, visando adicionar elementos de dinâmicas relacionais do território para seu entendimento. A escolha do recorte espacial sub-regional se deve a dois critérios. O primeiro é operacional, relativo ao papel e presença de instituições diversas para repensar políticas públicas de desenvolvimento territorial, cujo recorte privilegia municípios do estado do Amazonas (BARTOLI, 2020c). A análise do fenômeno urbano na sua dimensão regional requer reconhecimento das distinções a partir das regiões que as geram como propõe Bitoun (2009), onde estratégias de desenvolvimento sub-regional tem auxílio nas tipologias de cidades para formulação de políticas públicas.

Essa delimitação da sub-região não implica *fechamento* da análise pois as fragmentações territoriais e a baixa complementaridade entre os municípios que compõem a rede faz com que a dinâmica de cada município ocorra através de fluxos e interações multiescalares, mais intensos com as redes urbanas externas do que internamente. Enquanto movimento da totalidade, esse olhar sub-regional não significa deixar de lado as *porosidades*, as desarticulações e fragmentações do território explícitas na explicação do fenômeno urbano. O segundo critério ocorre pelas análises já utilizadas do recorte utilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI / Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – DEPI, órgão governamental responsável e indutor das matrizes de desenvolvimento socioeconômico do Estado. Uma de suas publicações mais importantes, *O Amazonas em Mapas* (SEDECTI, 2020), o DEPI almeja conhecimento sobre o território, com acesso a dados socioeconômicos e geográficos, para contribuir com o planejamento urbano regional, e “qualificar novos investimentos e ações do Estado, bem como de empresas organizações diversas, auxiliando na definição das prioridades ao desenvolvimento às regiões mais carentes” (SEDECTI, 2020).

Outra delimitação da sub-região foi realizada no Programa Territórios da Cidadania (governos Lula e Dilma – 2003 a 2016) privilegiando redes de produtores rurais através da articulação dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais Rurais (CODETER). Essa valorização das redes locais de sujeitos é de extrema importância para entendimento dos processos de des-re-territorialização (SAQUET, 2011) e os tipos diversos de ordenamentos do território de entornos das cidades.

No ano de 1990, o IBGE publica *A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas*. As mesorregiões geográficas foram definidas como áreas individualizadas em uma Unidade da Federação considerando o “processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990, p. 8). As microrregiões geográficas internas às mesorregiões foram compostas por suas particularidades quanto

à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares dos locais (IBGE, 1990; MAGNAGO, 1995).

O Estado do Amazonas passou a comportar quatro mesorregiões geográficas e treze microrregiões. As mesorregiões foram definidas como: Centro Amazonense (formada pelas microrregiões de Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Parintins), Norte Amazonense (Rio Negro e Japurá), Sudoeste Amazonense (Alto Solimões e Juruá) e Sul Amazonense (Boca do Acre, Purus e Madeira) (IBGE, 1990b). Essa nova divisão foi fundamental para a composição do Território Rural do Baixo Amazonas utilizado no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (WITKOSKI, 2013).

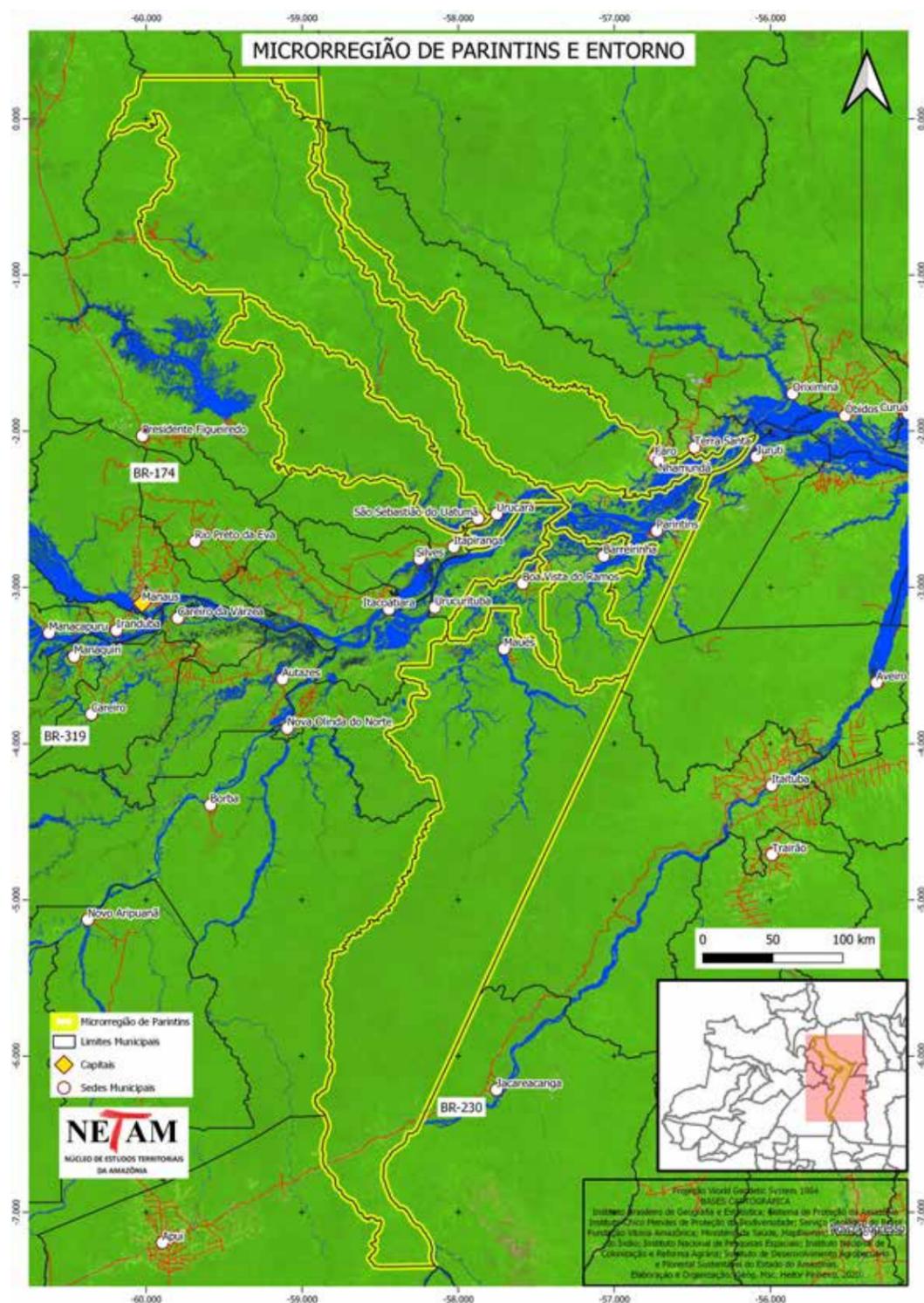
A rede urbana no estado do Amazonas é predominantemente estruturada pelo transporte fluvial, que a diferencia das demais redes nacionais. A posição das sedes municipais, seus sítios urbanos (bases físicas) e as variações sazonais em ciclos de cheias e vazantes, são elementos condicionantes na dinâmica de distribuição da população, tipos de usos de solo e formação de redes urbanas sub-regionais (BARTOLI, 2020a; 2020b). Além da localização física das sedes (posição) outros elementos são inseridos nas reflexões sobre a *situação*, pois “tornam a posição um fator vantajoso, como a presença de eixos de circulação” (GEORGE, 1983, p. 40). A estrutura de relações reticulares do Baixo Amazonas a partir de seus sistemas territoriais é também condicionada pela situação das cidades:

um espaço geográfico relativizado que se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações. É uma dinâmica processual que leva em conta redes e fluxos diversos a partir de um processo de centralização (DAMIANI, 2006, p. 42).

Portanto, o transporte fluvial torna-se o principal elemento não só da articulação da rede urbana, mas como mediação técnica, cultural e identitária de extrema importância na construção das territorialidades de diversas redes de sujeitos.

Aspectos da estrutura territorial são demonstrados na figura 1, salientando que a sub-região não possui ligações rodoviárias diretas com a rede urbana a oeste (inclusive com a metrópole Manaus), tanto como ao leste com a rede urbana paraense. Uruará sofre influência indireta da rodovia AM-010 que conecta Manaus ao município vizinho de Itapiranga (oeste de Uruará). Outras estradas muito precárias de terra com baixa intensidade de rodagem *penetram* a sub-região de Parintins a leste a partir de Juruti (PA) até Parintins, e de Terra Santa (PA) até Faro (PA) atingindo indiretamente Nhamundá (AM). A influência que essas pequenas estradas possuem na dinâmica da rede é tema para estudos futuros. Por essa rarefação de sistemas de engenharia, a análise a partir de outros critérios torna-se imprescindível, sendo importante considerar as dinâmicas e territorialidades ribeirinhas e fluviais.

O termo *ribeirinho* indica a reprodução de práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas cada vez mais inseridas e adaptadas ao meio urbano. São práticas com forte referencial simbólico – cultural relacionadas ao uso dos rios, com atividades de subsistência e circulação para complemento de renda com predomínio do valor de uso. Formam micro redes *urbano-ribeirinhas* apresentando temporalidades *lentas* ligadas às práticas espaciais de camponeses ribeirinhos. O termo camponês ribeirinho é desenvolvido em Cruz (2007), na análise dos sujeitos situados nas várzeas e terras firmes. No baixo Amazonas, tais camponeses ribeirinhos



possuem dinâmica de realização de múltiplas tarefas (agricultura, pesca, extrativismo, pequenas criações de gado e animais, fabricação de canoas, etc.). Historicamente tais populações passaram por diferentes períodos econômicos tendo sempre papel importante na economia local, resistindo após o colapso dos ciclos da extração do óleo de pau rosa e da cultura da juta nos entornos de Parintins e acentuando recentemente relações com a cidade.

Utiliza-se o termo fluvial para as lógicas mais funcionais de circulação de mercadorias pela navegação associada às atividades dos setores pertencentes ao capital mercantil

Município	População residente 2010	Urbana	Rural	Área total Km2	Densidade demográfica Hab./Km2
Parintins	102.033	69.890	32.143	5.952,4	17,14
Barreirinha	27.355	12.418	14.937	5.750,6	4,76
Boa Vista do Ramos	14.979	7.550	7.429	2.586,8	5,79
Nhamundá	18.278	7.010	11.268	14.105,6	1,30
Uruará	17.094	9.886	7.208	27.903,4	0,61
Maués	52.236	25.832	26.404	39.989,9	1,31
São Sebastião do Uatumã	10.705	5.904	4.801	10741,1	1,00

Tabela 1 – População rural e urbana, área e Densidade Demográfica dos municípios do baixo Amazonas. Fonte: BARTOLI (2021).

urbano. Essa fração mercantil faz uso de embarcações maiores de transporte de cargas (predomínio do valor de troca), conformando o sistema territorial dominante que denominamos como Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF).

Localizado na porção oriental do Estado do Amazonas, o município de Boa Vista do Ramos faz limites com os municípios de Maués ao sul, Urucurituba a oeste, Barreirinha a leste (figura 1). Possui extensão territorial de 2.586,8 km² e conta com uma população de 14.979 habitantes, com densidade de 5,79 hab/Km² (Tabela 1). Tanto as populações rurais como as urbanas estão concentradas na faixa central do município, próximas à sede municipal. Extensas áreas de várzeas sujeitas a variações sazonais fluviais (ciclos de cheias e vazantes) também fazem parte desse mosaico geomorfológico do sítio municipal, permeado de complexos flúvio-lacustres conferindo elevada piscosidade. A proximidade dos rios navegáveis incentiva essa maior densidade de populações no trecho norte municipal.

Quanto ao sítio urbano, aspectos geomorfológicos são condicionantes em cidades do baixo Amazonas. A concentração de comunidades mais próximas às sedes e ao principal rio navegável é latente, no caso o Paraná do Ramos é rota de embarcações de ferro que realizam trecho Manaus/rede paraense e no sentido inverso igualmente. Outro condicionamento ocorre em sítios com restrições de crescimento do plano urbano. Parintins por ser um arquipélago, teve expansão recente do plano urbano para outras ilhas necessitando de aterros e pontes num rápido crescimento a partir de ocupações irregulares e novos bairros (BARTOLI, 2018b). Barreirinha por ter maior parte do sítio urbano em várzeas (inundáveis em parte do ano), também possui limites físicos para expansão do plano urbano, com na formação do bairro Nova Conquista oriundo de

ocupação irregular, sendo inundável nas cheias (BARTOLI, 2020b). Já Nhamundá, por ter sede implantada em uma ilha totalmente ocupada, teve crescimento de bairros atualmente para a cidade vizinha paraense Faro, localizada na margem esquerda do rio Nhamundá, frontal à sede de Nhamundá. Boa Vista do Ramos possui sítio em baixos platôs sem restrições de ocupação propiciando conexões com comunidade interioranas também através de estradas.

Mesmo com significativa presença de populações rurais, a sub-região do baixo Amazonas, possui baixa densidade demográfica de 2,2 hab/Km², sendo que a maior densidade é verificada no município de Parintins com índice de 17,1 hab/Km² e a menor densidade no município de Uruará com 0,6 hab/Km². Boa Vista do Ramos apresenta a segunda maior densidade com 5,79 hab/Km² por possuir a menor área municipal. Apesar do patamar de cidades pequenas (exceção de Parintins considerada cidade média de responsabilidade territorial – BARTOLI *et al.*, 2019), enormes áreas municipais no baixo Amazonas permanecem com baixa densidade demográfica (Tabela 1).

Em Nhamundá, Barreirinha e Maués populações rurais são mais numerosas do que as urbanas, ocorrendo equilíbrio nos demais municípios pequenos. Parintins por apresentar rápida urbanização apresenta mais do que o dobro de populações na sede. Tais dados nos remetem a pensar uma abordagem relacional que ultrapasse a dicotomia rural - urbana, necessitando de modelos analíticos que forneçam leituras sobre a circulação, interpenetração e complementaridade entre o *urbano e o rural*, como propõe o modelo Sistema-Territorial urbano-Ribeirinho apresentado a seguir (STUR – BARTOLI, 2017; 2018a; 2019a).

Nesse contexto, populações urbanas empobrecidas, recém-migrantes, ou possuindo ainda famílias nos interiores, reconstroem territorialidades ao interagir com as possibilidades e limites impostos pelo processo urbano. Essa reterritorialização de setores populares também ocorre em setores dominantes, ambos estabelecendo padrões de uso de recursos locais, circulação, e formação de circuitos.

Setores dominantes locais que historicamente se beneficiaram de acúmulo de capitais nas fases anteriores (ciclos econômicos), passam a diversificar suas estratégias de acumulação de riquezas com base nas atividades urbano-ribeirinhas. Criam empresas médias para absorver madeira, pescado, produtos do extrativismo, ou estabelecendo domínio do comércio local como demonstrado em Silva (2018) no caso de Parintins. As sedes municipais são utilizadas enquanto nós multireticulares para extração (com raros processamentos), desses recursos regionais. Seriam novas roupagens para as rudimentares práticas espaciais dos ciclos passados, apresentando permanências redinamizadas por novos vetores modernos (consumo principalmente), com formas de exploração e uso do território apresentando novos conteúdos.

Essa baixa capacidade de processamento de recursos regionais deságua na insuficiente formação da divisão social e territorial do trabalho, o que remete ao elevado desemprego urbano, com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* baixo, com municípios apresentando dependência de repasses governamentais (tabela 2). Com a criação da Zona Franca de Manaus e a posterior formação do Polo Industrial (BECKER, 1974), as desigualdades espaciais foram acentuadas e impactaram negativamente as economias de pequenas cidades interioranas. As iniciativas para o processo de interiorização dos efeitos do modelo Zona Franca de Manaus “fomentando a produção no interior da região”, mesmo com boas intenções do Planejamento Estratégico da SUFRAMA (SUFRAMA, 2007, p.13), as desigualdades espaciais se aprofundaram como demonstra a tabela 2. Fica clara a disparidade entre a capital Manaus comparada às cidades do Baixo Amazonas quanto à população, renda, esgotamento sanitário e desenvolvimento humano.

Municípios	População	PIB per capita - R\$	IDH	Mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	Esgotamento sanitário adequado
Uruará	16.383	17.378,65	0,620	11,11	10,9
Boa Vista do Ramos	18.781	6.089,15	0,565	12,54	29,7 %
Barreirinha	31.593	7.059,80	0,574	14,94	4,3 %
S. Sebastião do Uatumã	13.685	7.232,53	0,577	19,42	1,7%
Nhamundá	20.899	6.462,02	0,586	16,76	16,1
Maués	62.755	6.481,40	0,588	16,74	27,1
Parintins	113.168	9.092,68	0,658	22,91	19,3
Manaus	2.145.444	33.564,1	0,737	14,52	62,4%

Tabela 2 – Comparativo das características sociodemográficas dos municípios do Baixo Amazonas com a capital Manaus. Fonte: BARTOLI (2021).

O predomínio do modelo pautado no Polo Industrial acarretou enorme estagnação do setor rural dos interiores por falta de apoio, associado ao constante êxodo. As economias locais se tornaram incapazes de incentivar a economia formal e novas divisões territoriais do trabalho mais complexas. Isso conferiu a Manaus a concentração de metade da população do estado e 78% do PIB. Desenha-se contexto típico de *urbanização incompleta* nos interiores, termo usado por Milton Santos (1993) para descrever a urbanização em países periféricos. Esse aspecto implica análise dos setores que exercem atividade informal, denominados como circuito inferior por Santos (2007), cuja interpretação para cidades do baixo Amazonas aparece no modelo STUR.

A fragilidade econômica é perceptível na participação elevada de repasses públicos e programas sociais na formação do PIB municipal, onde todos os municípios do Baixo Amazonas são dependentes dessa incursão de verbas federais e estaduais (tabela 3 e 4).

Mediações territoriais realizadas pela cidade e seus principais sistemas territoriais

Outras características comuns entre os municípios do baixo Amazonas nos ajudam a embasar o caráter processual e relacional do modelo analítico relativo ao STUR (BARTOLI, 2017; 2019; 2020a; 2020b). Além do predomínio dos fluxos realizados por transporte fluvial e ribeirinho, as economias locais são dominadas pela fração relativa ao capital mercantil, reforçando funções comerciais das cidades enquanto lugares centrais (o que na maioria das vezes acarreta também o domínio político dessas frações de elites locais). A formação de uma economia popular com dinâmica específica realizando complementações através das relações urbano-ribeirinhas e o setor de comércio e serviços, tornam-se os principais geradores de empregos urbanos em sua maioria informais (tabela 4), dando corpo a essa densa economia popular.

Município	Cadastro Único pessoas atendidas pelo programa - 2020	Média do valor recebido por família - 2020	Total repassado pelo governo para o município - 2020	Número total de aposentados*
Barreirinha	7,581	R\$ 318,95	R\$ 1.699.354,00	2870
Boa Vista do Ramos	3,768	R\$ 286,37	R\$ 682.709,00	1612
Maués	13,191	R\$ 294,26	---	6136
Nhamundá	4,703	R\$ 301,88	R\$ 1.062.606,00	2194
Parintins	23,643	R\$ 224,38	R\$ 3.485.807,00	10814
S. S. do Uatumã	2,329	R\$ 204,40	R\$ 308.772,00	740
Urucará	4,275	R\$ 241,17	R\$ 685.645,00	1393

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços e comércio	Setor Público	Pessoal ocupado
Barreirinha	23,51%	3,08%	16,51%	56,59%	954
Boa Vista do Ramos	17,52%	2,96%	16,71%	62,81%	685
Maués	15,05%	4,61%	21,33%	58,56%	3.574
Nhamundá	17,44%	4,32%	19,22%	59,02%	888
São Sebastião do Uatumã	26,54%	4,66%	16,04%	54,76%	536
Parintins	28%	4,57%	25,85%	41,58%	6.974
Urucará*	---	---	---	---	882

Com a menor participação industrial de todos os municípios e maior dependência do setor público, Boa Vista do Ramos possui 17,52% de participação do PIB na agropecuária, seguido de 16,71% em serviços e comércio.

Sobre o papel da agropecuária, ao contrário das áreas do sudeste do Pará, sul do Amazonas, Rondônia e norte do Mato Grosso que possuem domínio de grandes pecuaristas e uso do território pelo agronegócio, as cidades do Baixo Amazonas tem predomínio de pequenos produtores de gado como demonstra Freitas (2018), e produção rural de pequena escala.

A produção de hortifrutigranjeiros é insuficiente para abastecer o Baixo Amazonas que importa a maioria dos produtos. Mesmo em Parintins considerada cidade média de responsabilidade territorial apresentando papéis urbanos mais complexos (BARTOLI, *et al.* 2019), a origem dos produtos importados pelo município de Parintins em 2015 é proveniente 96,05% de Santarém, 0,3% de Belém e 3,65% de São Paulo (SEMPA, 2017). Esse padrão se repete nas demais cidades que recebem as mercadorias pelas mesmas embarcações através da calha principal do rio Amazonas.

Em Barreirinha, Boa Vista do Ramos, São Sebastião do Uatumã e Parintins o PIB da agropecuária ultrapassa o PIB do comércio e serviços, cuja maior parte da renda advém da atividade pecuária extensiva de pequena escala. Populações urbanas

possuem poucas cabeças de gado nos interiores como intuito de obtenção de complemento de renda das escassas atividades urbanas. Pequenos roçados, pesca artesanal e extrativismo também são atividades complementares da economia popular que realizam intensa circulação entre a sede e interiores.

Para Santos (2004) a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo ocorre a partir dos fluxos (movimentos e circulação), enquanto os fixos são as próprias forças produtivas em geral. Os fixos e seus dados técnicos provocam fluxos também incentivados pelos dados políticos, pois são executados pelo poder econômico, político ou social. As massas criadas pelos fixos exigem capacidade de mobilidade no espaço. A mobilidade é maior ou menor segundo “a capacidade das comunidades, instituições instituídas e os homens em ação” (Ibid., p. 84).

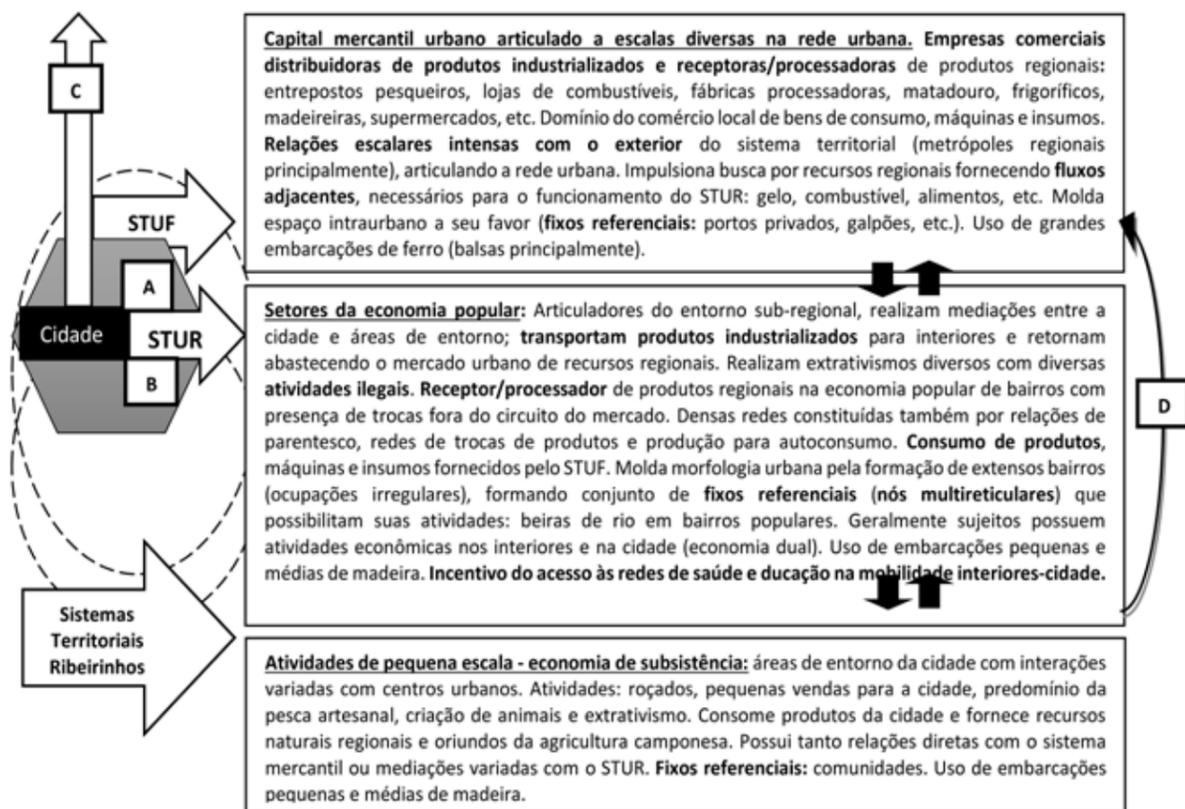
Analisando as periferias das grandes e médias cidades com grande presença de população pobre, Santos (2007) denomina a enorme quantidade de microempreendedores individuais nesse setor como *circuito inferior* que possuem diversas dinâmicas para viabilizar o consumo. Silveira (2010) considera o circuito inferior como produções com baixos graus de capital, tecnologia e organização que constituindo uma força de concentração encontram abrigo nas grandes manchas metropolitanas, (SILVEIRA, 2010). Temos feito esforços metodológicos na proposta analítica do Sistema Territorial Urbano Ribeirinho (STUR) para entendimento desse circuito nas pequenas cidades da Amazônia com dinâmicas fluviais e ribeirinhas, considerando escalas com a rede urbana (BARTOLI, 2020 a, 2020 b, 2020 c).

A economia urbana com reduzido número de funções produtivas e serviços apresentando papéis reduzidos das sedes na divisão territorial do trabalho, induz por parte das classes populares manutenção de vínculos territoriais com áreas interioranas nas cidades do Baixo Amazonas.

Com a consolidação das economias urbanas (incompletas e dependentes) a atração populacional pelas cidades (migratória definitiva ou pendular) teve como consequência a formação de bairros populares oriundos de ocupações irregulares, processo recente observado em todas as cidades do Baixo Amazonas. Tais bairros passam a funcionar como nós multireticulares, que determinam a posição de vários outros nós menores nos interiores. Essas conexões partem tanto de beiras de rios populares para busca de complementação de renda, como de áreas de antigas e novas centralidades urbanas associadas às atividades do capital mercantil. Outras centralidades também surgem como nas comunidades maiores que possuem mais de 200 famílias possuindo categoria de Distritos, tema profícuo em estudos futuros, pois estas também funcionam como distribuidoras de produtos e prestadoras de serviços educacionais e de saúde. A quantidade de pontos (comunidades) ligados ao nó principal (cidade) possui um padrão de circulação intenso para abastecimento das famílias, comercialização e demais critérios para análise do STUR.

A tradição de exploração de determinados recursos regionais ou atividades produtivas confere identidade territorial a cada município. Moraes (2012), analisando a rede urbana do alto Solimões (AM) cuja principal atividade é a pesqueira (comercialização de bagres), defende que a descrição dos fixos revela a estrutura da rede urbana em seus pontos constituintes, cuja disposição dos objetos espaciais é constante e a dinâmica maior fica realmente por conta dos fluxos. Essa *rede temática* é classificada em análise dos elementos da rede referencial (comércio de bagres) e os fixos referenciais (flutuantes e frigoríficos). Os fluxos referenciais ocorrem através dos trajetos que a mercadoria percorre. Para que haja suporte e funcionamento dessa rede “são necessários fluxos adjacentes fornecidos pela cidade: abastecimento de alimentos; abastecimento de combustível; fluxos de comunicação via telefone e fluxos financeiros” (Ibid., p. 58).

Figura 2 - Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade. A – Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio). B – Híbridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. C – Absorção direta de produtos regionais dos interiores pelo STUF com baixa mediação urbana. Fonte: Bartoli, 2018a.



Associado a esse tipo de estudo de rede temática, o modelo Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) pretende analisar o funcionamento e dinâmica da economia popular informal em cidades com dinâmicas fluviais e ribeirinhas (BARTOLI, 2017; 2018a; 2018b). Resumidamente,

As redes de sujeitos do STUR realizam mediações e articulam a cidade a áreas de entorno sub-regional. Transportam produtos industrializados para interiores e retornam abastecendo o mercado urbano de recursos regionais. Receptam e processam produtos regionais na economia popular de bairros, consomem produtos, máquinas e insumos fornecidos pelo setor mercantil dominante, denominado como Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF). Essa reterritorialização do STUR molda a morfologia urbana pela formação de extensos bairros (ocupações irregulares), formando conjunto de fixos referenciais (nós multireticulares) que possibilitam suas atividades como as beiras de rio em bairros populares. Geralmente os sujeitos possuem atividades econômicas nos interiores e na cidade (economia dual), prevalecendo uso de embarcações pequenas e médias de madeira (BARTOLI, 2020c, p. 14).

O que denominamos em Bartoli (2017) como Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF) refere-se ao capital mercantil urbano, composto por empresas de atividades variadas, desde distribuidoras de produtos industrializados, mercados, redes de hotéis, frigoríficos, entre outros (figura 2). O STUF realiza relações escalares intensas com o exterior do sistema territorial (metrópoles regionais principalmente), dominando o comércio local de bens de consumo, máquinas e insumos, sendo o principal articulador da rede urbana. Fornece fluxos adjacentes necessários para o funcionamento do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. O STUF ainda molda o espaço intraurbano a

Município	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Micro-empresendedores Individuais	Produto Interno Bruto do Município** (IBGE)
Barreirinha	342	237	219.595,23
Boa Vista do Ramos	116	128	110.091,83
Maués	561	664	396.078,42
Nhamundá	155	185	133.330,88
S. Sebastião do Uatumã	107	99	94.782,26
Urucará*	---	---	17.566,03
Parintins	1549	1846	1.024.890,41

seu favor construindo fixos referenciais, aspecto sendo facilmente notado na paisagem com a presença de portos privados (privatizando extensas beiras de rio), galpões, etc., e uso de grandes embarcações de ferro como as balsas (BARTOLI, 2017; 2020c).

O STUR funciona em conexão intensa com o STUF, cujos principais elementos e interações são sintetizados na figura 2.

A densidade de atividades de comércio e serviços indica a centralidade do local (tabela 5), considerada conforme a teoria de Christaller (1968) como nível de oferecimento de funções centrais por parte de uma determinada cidade para si mesma e para sua região. Silva (2010) retomando textos clássicos que evidenciam que as cidades e as estradas criam a região, enfatiza que estas funcionam como organismos que dirigem o abastecimento regional. Discute a centralidade no contexto do que poderia ser chamado de estruturação/reestruturação produtiva.

Nesse sentido, o poder das redes relativas ao capital mercantil delimita forte influência na formação do Território, que de acordo com Raffestin (1993) condiciona o alcance da ação, organizando energia e informação para organizar circuitos.

Os sistemas territoriais possuem base em diferentes formas de circular pelos rios, com capacidade de mobilizar esforços para obtenção de resultados e ativando pontos a partir do nó principal (cidade). Tecem estratégias-rede conectando o urbano aos interiores³ através dos rios, diferenciando-se de acordo com o poder de ação de cada rede de sujeitos ou coletivo organizado (BARTOLI, 2018a).

No caso de Boa Vista do Ramos, por não possuir nenhuma especialização produtiva, a

³ O termo "interior" é o mais utilizado pelas populações locais, tendo sentido generalista que abarca a multiplicidade de lugares, vilas, fazendas, aldeias e comunidades existentes.

Tabela 5 – Comércio, serviços e Produto Interno Bruto (PIB) no Baixo Amazonas. Fonte: SEBRAE (2019) – *Pesquisa não realizada em Urucará; IBGE cidades** – organizado pelo autor.

rede referencial é constituída pela distribuição de produtos oriundos de redes urbanas externas (adquiridos pelo STUF). Muito semelhante ao comércio de São Sebastião do Uatumã (AM), em Boa Vista do Ramos a maioria estabelecimentos comerciais são mais *generalistas* e vendem de tudo, alimentos, eletrodomésticos até materiais de construção, adquiridos via Manaus por grandes embarcações de ferro, que são posteriormente transportados para interiores pela enorme quantidade de embarcações de madeira pertencentes a populares residentes na cidade (STUR). Algumas comunidades mais próximas e de fácil conexão fluvial ou por estradas de terra também possuem pequenos comércios desse tipo, funcionando como nós secundários de distribuição para comunidades menores e mais longínquas.

No período de cheias em 2019 realizamos trabalho de campo em Boa Vista do Ramos, entrevistando 10 proprietários de pequenos comércios que possuem relações econômicas com as comunidades interioranas. Segundo relatos, o fluxo intenso de comercialização ocorre durante o fim do mês a partir do dia 20 ao dia 5 do mês seguinte, período em que são realizados os pagamentos do Estado, funcionalismo público e auxílios sociais diversos.

Os dados obtidos revelam um padrão de comportamento espacial muito semelhante aos encontrados nas demais cidades da sub-região (BARTOLI, 2020a, 2020b, 2020c). Populações que acessam a cidade para usufruir das *benesses urbanas* (sistema de saúde, educação, comércio, etc.), retornam para interiores abastecidos de produtos industrializados adquiridos nos comércios locais, configurando aspectos que dialogam com o processo de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994). A demanda de alimentos industrializados tem alterado cada vez mais itens da dieta regional, com marcante presença de conserva, frango congelado, embutidos e outros oriundos da agroindústria como ovos e macarrão (MORAES; SCHOR, 2010; MORAES, 2012; 2014).

Na classificação elaborada pelo IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007), Nhamundá é considerada como Centro Local, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e estando submetida à influência da metrópole Manaus e de Parintins (Centro sub-regional B). Segundo Schor *et al.* (2014) as classificações do IBGE para o entendimento da rede urbana no Amazonas são insuficientes para caracterizar a dinâmica de suas cidades, defendendo outras definições históricas, econômicas, sociais e funcionais para redefinir o estudo das formas e as funções dessas.

Para construção da tipologia proposta à rede urbana do estado do Amazonas, Oliveira e Schor (2009, 2010, 2011) criaram metodologia de análise a partir de tipologia que abarca parâmetros relacionais que incorporam dados socioeconômicos e demográficos, com aspectos de hidrologia, biogeografia, acesso aos recursos naturais e demais temas de interação sociedade-natureza. Delimitaram ainda alguns arranjos institucionais que poderiam ser analisados em conjunto, estabelecer uma hierarquia urbana para essas cidades. Esses arranjos institucionais foram considerados como elementos fundamentais para a consolidação da rede urbana, variando de instituições de educação e saúde aos fluxos de mercadorias (SCHOR *et al.* 2007; 2014). Tais estudos não abarcaram todas as cidades pequenas do entorno de Parintins, fornecendo classificação apenas a Uruará, considerada como *cidade especial*, cuja ausência de infraestrutura impossibilita exercer plenamente as funções urbanas com relações mais complexas com a calha central do rio, tornam-se dependente das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial (SCHOR *et al.* 2014, p.12). Essa tipologia de Uruará é muito semelhante às funções e papéis exercidos por Boa Vista do Ramos.

No quadro 1 é perceptível o predomínio de comércios de alimentos, base de abastecimento

Descrição da atividade comercial	Quantidade
comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	89
comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	24
comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	8
comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	9
comércio varejista de artigos de armarinho	7
comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6
comércio varejista de bebidas	6
comércio varejista de carnes - açougues	6
comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	6
comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	6

Quadro 1- Perfil dos estabelecimentos comerciais de Boa Vista do Ramos. Fonte: SEBRAE (2019) – organizado pelo autor.

da sede das comunidades de entorno. Os oito comércios de combustíveis atendem a frota local de embarcações e o crescente modal de duas rodas. Chama atenção o fenômeno da rápida expansão do uso de motocicletas no Baixo Amazonas propiciando acessos mais intensos com comunidades através de estradas como afirmamos. Seis comércios de peças e acessórios para motos são reflexo dessa expansão.

A presença de seis pequenos açougues repete padrão das demais cidades da sub-região, com consumo local da produção pecuária realizada por pequenos pecuaristas, sendo um dos aspectos relevantes da economia local.

Segundo dados do IDAM, Boa Vista do Ramos possui 26 comunidades, algumas delas conectadas por estradas, o que nos induz a não as caracterizar enquanto *ribeirinhas*, termo generalizante que necessita de especificações quando utilizado. As duas principais comunidades citadas que realizam vendas foram: Vila Manaus (acesso por estrada de terra); Menino Deus do Curuçá, ambas se destacando na produção rural segundo feirantes locais. Na feira municipal foi relatado que a maior parte da verdura vem do Pará e de Manaus, confirmando os dados sobre a produção insuficiente municipal que se assemelha a Parintins.

As demais localidades citadas que mais compram produtos na cidade pertencem à Micro Bacia Hidrográfica do Lago Preto, que possui várias comunidades. Segundo os comerciantes, os produtos mais recebidos dos interiores são a farinha, carvão, banana, verduras, mamão, jerimum e tucumã. Obviamente, grande parte dessa produção é retida nos interiores enquanto parte da subsistência.

O proprietário da única ferragem da cidade relata que passou a atender também nos últimos anos algumas comunidades do município vizinho Barreirinha, devido à recente estrada de terra. Afirmou que antes dessa conexão, as pessoas dependiam de barcos e tinham que acessar a cidade um dia antes, tendo que dormir na sede urbana. Hoje, com uso de motocicletas acessam o centro comercial e retornam no mesmo dia. As

mercadorias são enviadas pelos rios principais posteriormente e não por estrada devido ao peso dos materiais de construção.

Uma dificuldade ressaltada por todos os comerciantes é a falta de dinheiro na cidade pela ausência de agências bancárias. Sacar dinheiro é possível somente em caixas da única lotérica local gerando filas enormes. Quando o dinheiro acaba, os cartões de saque são entregues com as senhas aos donos de lanchas que realizam viagens diárias para Maués, onde o dinheiro é sacado. A possível explicação da falta de dinheiro na cidade foi atribuída a problemas de contrato da transportadora de valores com o governo do estado do Amazonas.

Uma única Cooperativa do município é a da produção, processamento e distribuição de mel a partir da criação de abelhas nativas ou indígenas sem ferrão. A Coopmel fundada em 2001 e composta por mais de 60 pessoas com atividades de meliponicultura iniciando em 2000 por meio de cursos ministrados por técnicos do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), e apoios do Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Apresenta alternativa de renda para a agricultura familiar na Amazônia, sendo uma ferramenta de manejo das abelhas nativas, contribuindo também para a preservação dessas espécies (VENTURIERI, 2008). As comunidades produtoras de mel são: Boa União, Cristo Bom Pastor do Pari, Santo Antônio do Rio Urubu, São João e Taumatá, todas localizadas em uma grande ilha na área rural do município Segundo Demeterco *et al.* (2019) a meliponicultura funciona como atividade complementar e não principal.

Outra pequena atividade produtiva é a presença de movelarias, sendo nove unidades em Boa Vista do Ramos, com 27 empregados. Produzem basicamente para abastecer o mercado local, conjuntos de sala de Jantar, camas, guarda-roupas, cômodas, armários, tábuas de assoalho, tábua machedada, caibro, perna manca e ripão principalmente. Atendem basicamente os bairros novos em expansão na periferia da cidade com raras vendas a outros municípios.

Considerações finais

Ao considerar a capacidade de mediação do ordenamento territorial através da densidade de forças produtivas (rural ou urbana), as cidades do Baixo Amazonas apresentam preocupante quadro de dependência de recursos externos advindos do funcionalismo público e dos programas sociais. Apresentando padrão de comportamento espacial muito semelhante às demais cidades da sub-região, os dados nos permitem identificar que Boa Vista do Ramos, devido ao seu papel extremamente reduzido na divisão territorial do trabalho, funciona como nó secundário de distribuição de produtos industrializados, possuindo um STUF pouco denso, quase inexistente. As elites locais não realizam nenhum tipo de absorção/processamento de produtos oriundo das áreas interioranas, nem mesmo na atividade madeireira, serrarias ou frigoríficos.

O STUR aparece poucas especializações produtivas com exceção da Coopmel com experiência sucedida. Os setores populares aparentam estar alicerçados na produção de subsistência destinando vendas residuais para a cidade. Mesmo com a cooperativa de mel, não foi possível detectar nos trabalhos de campo nenhuma rede referencial ou fluxos referenciais de produtos com significativa produção (especialização territorial), mas apenas fixos referenciais para dinamização entre STUR/STUF.

Os fluxos adjacentes de gasolina, alimentos, estivas, etc., são fornecidos para a

continuidade da interação mínima entre as classes populares e os setores comerciais locais, propiciando o consumo de bens industriais (em sua maioria) e gerando poucos empregos na cidade. A quantidade de pequenos afazeres, serviços e atividades que são realizadas entre a cidade e interiores confere outros *perfis urbanos* diferenciados às muitas cidades pequenas do Amazonas.

Além das funções tradicionais atreladas aos serviços urbanos exercidas pela sede de Boa Vista do Ramos (ensino, saúde, comércio, etc.), outros papéis se consolidam pelas territorialidades das diversas redes de sujeitos, como a agricultura de pequena escala, o extrativismo, a pesca, e diversas atividades ilegais (garimpos, exploração de madeira, etc.). As particularidades do transporte fluvial e a sazonalidade do regime hídrico, também não podem ser negligenciadas. A multidimensionalidade é requerida nesse tipo de pesquisa para evitar a invisibilidade dessas pequenas cidades, caracterizando os diferenciais de tais redes urbanas das demais no Brasil. Cidades pequenas na Amazônia sempre aparecem em representações cartográficas como pequenos pontos nos mapas, quase invisíveis, onde as *capilaridades* compostas pelas redes do STUR são pouco consideradas pelas políticas públicas.

Referências

BARTOLI, Estevan. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)*. 2017 (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: PPGG / UNESP.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. *Mercator*, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, Estevan. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, Estevan. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). *GeoNorte*, v.13, 2019.

BARTOLI, Estevan. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Uruará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). *Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.

BARTOLI, Estevan. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020b.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). *Revista Espaço e Economia*, v. 20, p. 1, 2020c.

BARTOLI, Estevan. Papéis Urbano na Faixa de Fronteira Amazônica: centralidade de Nhamundá e seus Sistemas Territoriais. *Revista Geografia em Questão*, v. 14, n. 1, 2021, p. 117-136.

BARTOLI, Estevan; SCHOR, Tatiana. Oliveira, José Aldemir. Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). *Terra Plural*, 2019.

BECKER, Bertha. K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. in: BECKER, B. K. COSTA, R. H. SILVEIRA, C. D. B. (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

BRASIL - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

BRASIL - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Regiões de Influências das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 201p.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *A territorialização camponesa na várzea da Amazônia* (tese de doutorado). 2007. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo,

DAMIANI, Amélia. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO: São Paulo, 2006.

DEMETERCO, Ronchi-Teles, Steward e Carvalho-Zilse. Características da Meliponicultura em Maraã E Boa Vista do Ramos, Amazonas, *Revista Brasileira de Agroecologia* | Vol.14 | Nº. 3 | Ano 2019 | p. 58

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, V. 57, N.º 4, p. 67-94, 1995.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento. SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

MORAES, André Oliveira. *Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MORAES, André Oliveira. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, T. (org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia* – vol. 1. Manaus: Valer, 2014.

MORAES, André Oliveira; SCHOR, Tatiana. ALVES-GOMES, José. O Mercado de Bagres e a Configuração da Rede Urbana no Alto e Médio Solimões, Amazonas, Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*. v.1, n.32, p. 93-110, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional. In: Edna Castro. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2009, v.2, p. 41-98.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Urbanização na Amazônia: o local e o global. In: Adalberto Luis Val; Geraldo Mendes dos Santos. (Org.). *GEEA - Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos – Caderno de Debates*. Manaus: INPA, 2010, v. III, p. 147-189.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 10, p. 15-30, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHOR, Tatiana; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do rio Solimões, Amazonas. In: *XII Encontro Nacional da ANPUR*, 2007, Belém. Integração sul-americana, fronteiras e desenvolvimento urbano e regional. 2007.

SCHOR, Tatiana.; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 10, p. 15-30, 2011.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Rogério; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. Cities, Rivers and Urban network in the Brazilian Amazon. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research medium*, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 258-276, jan./jun. 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEDECTI. *Amazonas em Mapas*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Manaus: 2020 <http://cloud.prod.am.gov.br/index.php/s/1tH9MhK1Z025a0W/download>

SEMPA. *Plano de Ação Para o Setor Primário de Parintins*. Prefeitura Municipal de Parintins. Secretaria municipal de pecuária, agricultura e abastecimento – 2017

SILVA, Fernando. *Capital Mercantil, Transportes Fluviais e a Rede Urbana Sub-Regional de Parintins - AM*. Parintins, 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, UEA.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. / Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). – Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

SILVEIRA, Maria Laura. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 74 – 88.

SUFRAMA. *Relatório de Gestão. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior*, 2007. Disponível em http://www.suframa.gov.br/suframa_relatorio_de_gestao_cfm

WITKOSKI, Antônio Carlos (org.) Relatório Analítico Final – *Território Rural da Cidadania*

do Baixo Amazonas, AM. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2013.

VENTURIERI, Giorgio. *Criação de abelhas indígenas na Amazônia: avanços e desafios*. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, 2008, 7 p.